

Constituintes prevêem batalha com militares por anistia ampla

Ronaldo Theobald - 16/11/65

BRASÍLIA — De um lado, o alto comando das Forças Armadas; de outro, 3 mil 500 militares cassados. Essas duas forças já estão se preparando para o que será, na opinião de boa parte dos parlamentares, a grande batalha da Constituinte nas Disposições Transitórias: a concessão da anistia aos militares cassados após o golpe de 1964.

O capitão-de-fragata da reserva Paulo Henrique Ferro Costa, da Federação das Associações de Defesa da Anistia, e o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), interlocutor dos militares e responsável pela definição do papel das Forças Armadas, estão conversando. Ferro Costa avisou que os cassados se preparam para lutar "por todos os meios" pela anistia ampla geral e irrestrita: direito a promoções, reintegração e recebimento de atrasados para todos, não só para os punidos por motivos políticos.

Fiúza rebateu alertando os ministros militares não admitirem mais avanços além do direito a promoções para os cassados por motivos políticos, "até porque se a anistia for como querem, só na Marinha mais de 35 mil pessoas terão direito a voltar".

Ferro Costa lançou o desafio e convidou os assessores parlamentares dos ministérios militares para um debate público. Não recebeu resposta, mas Fiúza se adiantou: "Eles não vão porque são da ativa, têm de obedecer a uma hierarquia e não podem ficar debatendo assuntos militares publicamente. Mas eu posso ir no lugar deles".

Motins — Fiúza rejeitou a tese de Ferro Costa, para quem os militares tentarão, "assim como fizeram em outras votações", disseminar o fantasma do golpe. "Ninguém vai dar golpe, mas se essa anistia for aprovada certamente haverá motins nos navios, porque a tropa não aceita a volta, com todos os direitos, de



Ferro Costa: cassado em 64

Luciano Andrade - 7/11/87



Fiúza: anistia tem limite

quem não estava lá para cumprir os regulamentos", advertiu Fiúza.

Para Ferro Costa, esse tipo de argumentação será utilizado para intimidar os constituintes. "Mas nós vamos rebater, mostrando a cada um dos parlamentares que não haverá golpe, por absoluta falta de condições: os oficiais não ganham mal como em 64 nem estão marginalizados, como no governo de João Goulart. Não existem lideranças expressivas na área militar e as lideranças civis não apóiam o golpe. Não há apoio popular para esse tipo de movimento nem ânimo da tropa", argumentou.

Revolto de 1935 acompanha votação

Quando o plenário da Constituinte iniciar a votação que decidirá se a anistia aos militares cassados será ampla e geral ou restrita, José Maria Crispim, 74 anos, mais de 50 de militância comunista, vai estar lá nas galerias, torcendo. Crispim, combatente da revolta comunista de 1935, quando era sargento do Exército, deputado constituinte em 1946, será, com outros 100 companheiros de 35 — que, ele calcula, ainda estão vivos — anistiado pela primeira vez.

E que o texto do *Centrão*, assim como o da Comissão de Sistematização, inclui os comunistas que, apesar de anistiados criminalmente, até hoje sempre foram excluídos das reparações de carreira garantidas aos revoltosos do integralismo (1938), de Jacareacanga (1956) e de Aragarças (1959). "Será uma conquista histórica", diz Crispim, que não gosta de falar no assunto porque acha que se alguém perceber que a anistia inclui os comunistas a batalha estará perdida. "A ideologia do comando das Forças Armadas é anticomunista", explica.

Crispim seria hoje, pelos seus cálculos, capitão ou major, com direito a um soldo de mais ou menos Cz\$ 150 mil. Desde que foi cassado, tem vivido exclusivamente da militância comunista e com o dinheiro do partido, que não diz quanto é. "Dá para sobreviver". Viúvo, um filho morto pelo regime militar, um filha que ficou anos no exílio, ele mora em São Paulo, no bairro de Vila Maria, na sede do partido. O dia-a-dia é na porta de fábricas e feiras livres distribuindo documentos do partido e divulgando as teses do PCB.